

Só Centro-Oeste e Sul recuperam o nível de atividade econômica pré-crise

As duas regiões têm sido beneficiadas pelo agronegócio, que depende da demanda externa; já o Sudeste amarga desempenho abaixo da média do País por concentrar boa parte da indústria, o setor que mais sofreu nos últimos cinco anos

Fernando Scheller, O Estado de S.Paulo

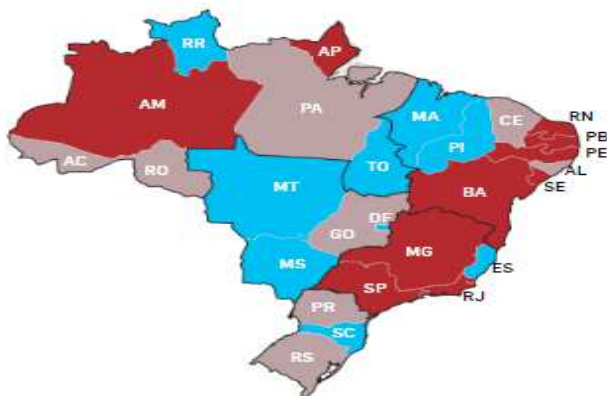
O Brasil ainda não conseguiu recuperar o patamar da economia que registrou no pico de atividade antes do início da crise, há cinco anos. Ao redor do País, porém, o desempenho econômico não foi uniforme. O Centro-Oeste e o Sul, segundo o índice Itaú para a atividade econômica – que reúne empregos formais, comércio, indústria e agricultura –, foram as duas regiões que atingiram ou superaram o movimento que exibiam em março de 2014. Foi nesse ponto, segundo o banco, que começou a espiral de decadência do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O Brasil aquém de seu potencial

Maioria dos Estados ainda não recuperou nível de atividade que registrava há cinco anos; no emprego, retomada é ainda mais lenta

Índice de atividade econômica

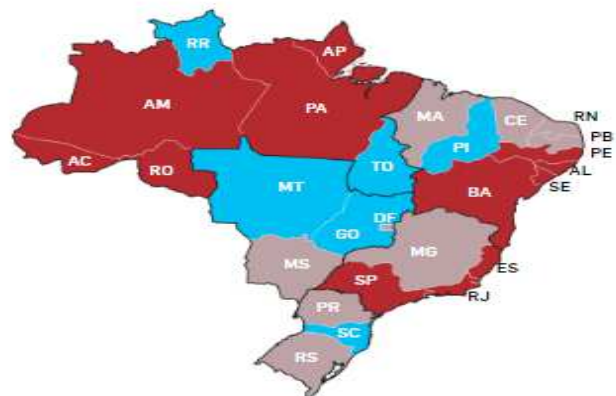
- ACIMA DO NÍVEL DE 2014 (BASE 100)
- ABAIXO DA BASE 100, MAS ACIMA DA MÉDIA NACIONAL (95,88)
- ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL



Fonte: Itaú Unibanco, a partir de dados do Caged e do IBGE

Nível de emprego formal

- ACIMA DO NÍVEL DE 2014 (BASE 100)
- ABAIXO DE 2014, MAS ACIMA DA MÉDIA NACIONAL (94,99)
- ABAIXO DA MÉDIA NACIONAL



ESTADÃO

INFORME

“As commodities, que abastecem o mercado externo, beneficiaram o Sul e o Centro-Oeste, pois a demanda internacional foi mais alta do que a das atividades que dependem do mercado interno”, explica Paula Yamaguti, economista do Itaú Unibanco. Nas demais regiões, Norte e Nordeste tiveram desempenho semelhante à média nacional, enquanto o Sudeste ficou na lanterninha. “A indústria foi o indicador com a pior performance nesses anos – e como a maior parte da indústria está em São Paulo, isso puxou o resultado para baixo”, ela diz.

Em todo o Brasil, segundo o levantamento do Itaú, a economia está pouco mais de 4 pontos percentuais abaixo do nível que exibiu cinco anos atrás. Entre as regiões (ver mapa acima), a única que, no primeiro trimestre de 2019, superava com folga a atividade de cinco anos atrás foi o Centro-Oeste. Já o Sul ficou no zero a zero no período (no fim de março, estava 0,25 ponto percentual abaixo do nível de 2014).

O Estado de São Paulo, com desempenho abaixo da média nacional, foi prejudicado pelo próprio gigantismo, segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados. “São Paulo sofre porque concentra a maior parte das indústrias, mas não existe questão estrutural pressionando a economia paulista. Com a aprovação das reformas, há chance real de recuperação.”

Não se pode dizer o mesmo de Minas Gerais e Rio de Janeiro, de acordo com Mendonça de Barros. “O Rio, em especial, vive a tempestade perfeita, um esfarelamento do sistema regional, algo que vai demorar muito tempo para ser reconstruído.”

O Rio de Janeiro, ao lado de Bahia e Sergipe, está entre as economias mais frágeis. Segundo o índice de atividade do Itaú, o nível da economia nesses Estados está mais de 8 pontos percentuais abaixo do exibido em 2014. O Rio lidera o fechamento de empregos formais no País – de cada 100 postos de trabalho com carteira assinada que o Estado concentrava há cinco anos, 13 foram fechados. Os dados vão até março de 2019 e, portanto, já incluem a recente retomada da indústria fluminense de petróleo.

Para Samuel Pessôa, pesquisador do Ibre/FGV, a situação da economia do Rio tem tintas políticas. Além de citar casos de corrupção no Estado, Pessôa lembra que as regras dos governos petistas para a exploração das reservas do pré-sal, que determinaram a Petrobrás como operadora principal de todos os campos de produção, prejudicaram a economia fluminense. “Com medo dos gringos, os governos petistas seguraram os leilões do pré-sal. Agora parece que isso vai mudar, mas um efeito mais estruturado para a economia vai vir só daqui a uns cinco anos.”

INFORME

Mendonça de Barros acrescenta outra camada que prejudicará, nos próximos anos, o desempenho de Estados como Rio e Minas Gerais: as dificuldades orçamentárias, com forte comprometimento da receita com folha de pagamento de servidores na ativa e aposentados. “Os efeitos são perversos, pois não é algo que se nota da noite para o dia. Quando o Estado está quebrado, ele deixa de investir em hospitais e estradas. Na hora em que se percebe, as estruturas já foram desmontadas.”

“Emprego vem se recuperando de forma mais lenta que a economia”

Os dados do Itaú mostram que, em todo o País, o emprego vem se recuperando de forma mais lenta do que a economia. De cada 100 vagas existentes em 2014, apenas 94,5 estão abertas atualmente, na média. Além disso, apenas seis Estados recuperaram o total de empregos formais de 2014, ao passo que oito chegaram ao mesmo PIB de cinco anos atrás.

Além do Rio, Pernambuco e Amazonas também perderam mais de 1 de cada 10 empregos que tinham há cinco anos, aponta o Itaú. O primeiro foi prejudicado pelo fim de obras que geraram muitas vagas – como a polêmica Refinaria Abreu e Lima, agora posta à venda pela Petrobrás – e o segundo, pelas demissões na Zona Franca de Manaus.

Mesmo nos Estados que voltaram ao total de vagas formais de 2014, os índices mostram alta no desemprego, pois os cálculos do Itaú consideram os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e não a taxa de desocupação.

Indústria de SC mira mercado externo e amplia contratações

Weg, uma das principais companhias do Estado, já contratou 1,3 mil pessoas em 2019 e tem mais 340 vagas em busca de um candidato

Naiana Oscar, Especial para O Estado

Em grandes empresas de Santa Catarina, como a gigante industrial Weg, a crise econômica já é tratada como um assunto superado. A fabricante de motores elétricos e outros equipamentos está em fase de aumento de mão de obra após registrar, no primeiro trimestre, expansão de 14,9% em receita e o maior lucro em oito anos. Mesmo após ter contratado 1,3 mil pessoas em 2019, a Weg tem hoje 340 vagas. “Durante a recessão, fomos obrigados a fazer ajustes, mas essa fase ficou para trás”, diz o diretor financeiro, André Luis Rodrigues.

INFORME

Segundo o economista José Roberto Mendonça de Barros, da MB Associados, a vantagem econômica catarinense passa pela estruturação de uma indústria com vocação exportadora. “São empresas que podem conseguir tirar vantagem do acordo entre a União Europeia e o Mercosul (que foi assinado no fim de junho)”, diz. Santa Catarina é um dos quatro Estados brasileiros que conseguiram recuperar tanto o total de vagas formais quanto o nível da economia, ante 2014.

O mercado externo tem peso importante no negócio da empresa catarinense: de cada R\$ 5 que entram no caixa da Weg, quase R\$ 3 vêm de fora do País. Com o câmbio bom para os exportadores e um mercado chinês crescendo a dois dígitos, a companhia tem planos de investir R\$ 530 milhões no Brasil e em outros países – recursos que serão destinados à ampliação e modernização de fábricas. Parte da mão de obra da Weg é treinada dentro de casa, em um núcleo de capacitação mantido pela empresa a um custo anual de R\$ 23 mil por aluno. Por ano, são formados 200 jovens.

Vocação exportadora ajuda Estado

A empresa de Jaraguá do Sul tem ajudado a puxar para cima os indicadores econômicos da região norte do Estado. A Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina aponta um crescimento de 8,23% na região norte, enquanto a economia catarinense, segundo esse mesmo índice (Iper-SC), avançou 7% no ano passado.

“Somos uma exceção”, diz o prefeito de Jaraguá do Sul, Antídio Aleixo Lunelli. “Hoje, aqui no município só está desempregado quem quer.” Mesmo as indústrias têxteis de Jaraguá, como Malwee e Marisol, que ainda sentem os efeitos da crise, voltaram a contratar. O grupo de moda Lunelli, da família do prefeito, demitiu 1 mil dos 5,2 mil empregados no auge da crise e começou a recontratá-los no ano passado. Boa parte das 400 vagas abertas foi preenchida por antigos funcionários.

Em Joinville, principal polo econômico do Estado, também já se percebe a retomada. Nos últimos 18 meses, o número de companhias sediadas no parque industrial da cidade subiu de 160 para 220, enquanto o total de funcionários subiu de 5,1 mil para 8 mil. O índice de ociosidade do Perini Business Park, que chegou a 14% na crise, hoje gira em torno de 6%.

Entre as companhias que ampliaram a ocupação do parque industrial está a XPM, que oferece armazenagem a importadores: sua área passou de 4 mil para 14 mil metros quadrados no fim de 2018. “Em 2015, quase fechamos as portas”, diz André Xavier, diretor-geral da XPM. Do fim do ano passado para cá, o cenário mudou. “Só no mês passado, fechamos três novos contratos, coisa que em um ano inteiro não acontecia.” /

COLABOROU FERNANDO SCHELLER

INFORME

Levantamento da CNI aponta reação no setor de construção

Índice de evolução do nível de atividade alcançou 48,2 pontos, o melhor resultado desde novembro de 2013

Luci Ribeiro, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O setor da construção civil ainda enfrenta dificuldades, mas começa a apresentar uma tendência de melhora na atividade e na geração de empregos e mais otimismo em relação ao futuro. É o que mostram os dados da Sondagem Indústria da Construção, divulgados pela **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**.

O índice de evolução do nível de atividade do setor aumentou 1,3 ponto em junho, para 48,2 pontos. Trata-se do melhor resultado desde novembro de 2013, quando foi a 49,5 pontos. Mesmo ainda abaixo da linha divisória dos 50 pontos, ele cresceu pelo quinto mês consecutivo e acumula alta de 4,2 no período. O indicador de atividade está 1,5 ponto acima do registrado em junho de 2018 e 2,7 pontos acima de sua média histórica. “Ou seja, ainda que abaixo da linha divisória, o índice sugere um cenário bem mais benigno para o setor”, informou a CNI. O indicador de emprego também melhorou, com alta de 2,2 pontos, para 47,2 pontos. É quinto aumento consecutivo do índice, que acumula alta de 4,7 pontos no período.

O estudo revela ainda que a falta de demanda é apontada como um dos principais problemas enfrentados pelas empresas do setor. Mas os índices de condições financeiras, ainda que bem abaixo do observado antes da crise, voltaram a melhorar no segundo trimestre.

Otimismo

Na esperança de uma retomada, as expectativas da construção melhoraram pelo segundo mês consecutivo. Todos os índices de expectativa se afastaram da linha divisória de 50 pontos, “mostrando maior otimismo dos empresários da indústria da construção”. É o caso dos índices de nível da atividade (56,4 pontos), novos empreendimentos e serviços (56,4 pontos), compra de insumos e matérias-primas (55,1) e número de empregados (54,6).

A Sondagem Indústria da Construção consultou 488 empresas, sendo 172 de pequeno porte, 209 médio de porte e 107 de grande porte. Os dados foram coletados entre 1.º a 11 de julho.

(Fonte: Estado de SP – 29/07/2019)

INFORME

FOLHA DE S.PAULO

Texto da MP da Liberdade Econômica dispensa trabalhador de bater ponto

Por acordo individual, empregado e empregador poderão marcar apenas faltas, folgas e horas extras

William Castanho - SÃO PAULO

A MP (medida provisória) da Liberdade Econômica dispensa trabalhadores de todas as categorias de bater cartão. Relatório aprovado em comissão mista do Congresso autoriza o chamado registro de ponto por exceção.

Pelo modelo, um funcionário de qualquer empresa poderá fazer acordo individual com empregador para não bater ponto. Sendo assim, ele poderá chegar ao trabalho, cumprir todo o expediente e ir embora sem fazer nenhuma anotação.

O trabalhador ficará liberado de marcar horário de entrada, saída ou almoço. Somente exceções —como diz o nome do sistema de registro— serão obrigatoriamente anotadas. Entre elas estão horas extras, folgas, faltas e férias.

Pela regra atual, prevista na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o empregador é responsável por controlar a jornada em empresa com mais de dez funcionários. Qualquer mudança se dá por meio de acordo coletivo.

A alteração da CLT não consta do texto enviado ao Congresso pelo presidente Jair Bolsonaro em abril. A MP institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Segundo o governo, ela desburocratiza o ambiente de negócios.

As mudanças, como não bater ponto e o trabalho aos domingos para todas as categorias, foram inseridas pelo relator da MP, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).

Entenda como funciona o contrato de trabalho intermitente e suas polêmicas

A modalidade de contrato intermitente foi criada pela reforma trabalhista, que passou a valer em novembro de 2017. Após ter sido aprovada pela Câmara (foto), Senado e sancionada por Michel Temer. Deputados da oposição protestaram, mas foram derrotados. Pedro Ladeira - nov.2017/Folhapress

INFORME

O conjunto de medidas é considerado uma minirreforma trabalhista por especialistas. Conforme mostrou a **Folha** em 12 de julho, 36 artigos da CLT serão alterados.

“A empresa que quiser vai buscar o ponto por exceção, poderá acabar com o ponto”, diz Otavio Pinto e Silva, sócio do escritório Siqueira Castro e professor de direito do trabalho da USP.

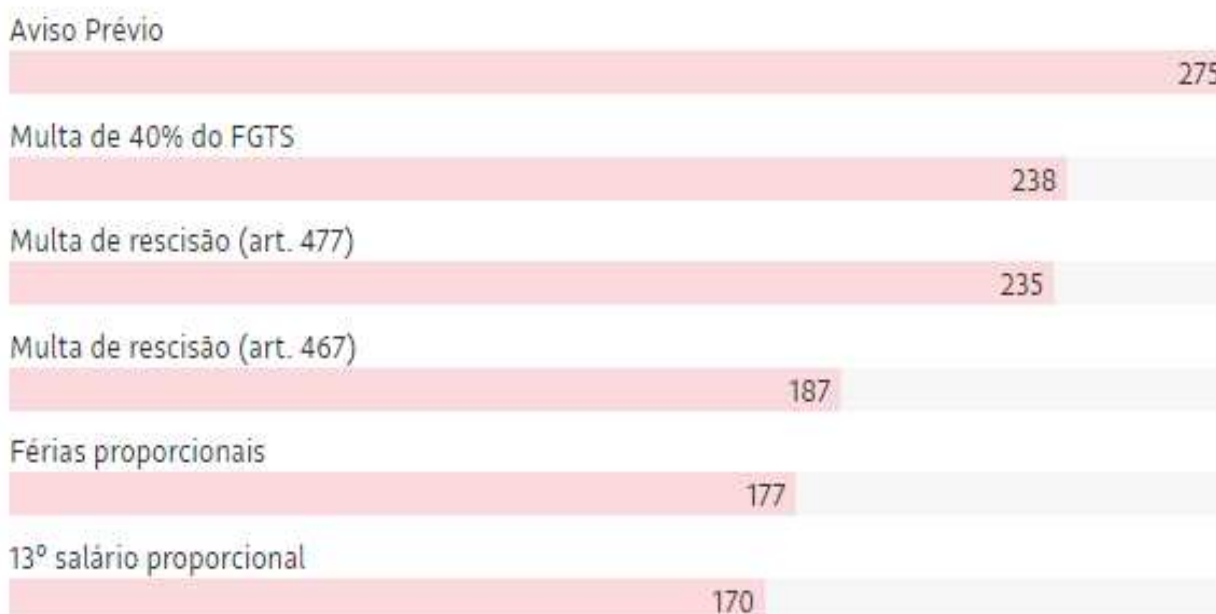
Segundo ele, a proposta flexibiliza o controle da jornada. “O empregador vai usar a lei para dizer que uma hora extra foi feita e marcada pelo ponto de exceção. Ficaré o ônus [da prova] com o trabalhador”, afirma.

Na Justiça do Trabalho, hora extra está entre os assuntos mais recorrentes nas ações. Até maio, segundo dados do TST (Tribunal Superior do Trabalho), foram feitos mais de 550 mil pedidos de indenização em primeira instância.

“A tendência é cair drasticamente os pedidos de hora extra”, diz Ricardo Calcini, professor de direito do trabalho da FMU. “O trabalhador vai ter de produzir a prova mais robusta, e isso, na prática, vai ficar cada vez mais difícil.”

Os principais pedidos feitos na Justiça do Trabalho

Em milhares



INFORME

Horas extras/adicional de horas extras

153

Horas extras

144

Intervalo intrajornada/adicional de horas extras

132

Adicional de insalubridade

131

Horas extras/reflexos

122

Verbas rescisórias/saldo de salário

120

Depósito/diferença de recolhimento do FGTS

117

Verbas rescisórias

106

Indenização/dobra/terço constitucional

98

Baixa e correção de carteira de trabalho

98

Intervalo intrajornada

93

FGTS

88

Rescisão do contrato/indireta

85

Indenização por dano moral

83

Fonte: TST (Tribunal Superior do Trabalho)

À **Folha** Goergen afirma que põe na lei uma prática existente nas empresas e chancelada pela Justiça trabalhista.

“Estou atualizando a legislação. Eu coloquei na lei aquilo que já é decisão”, diz. “É uma burocracia a menos. Se a Justiça já decide dessa forma [pelo registro de ponto por exceção], não tem de discutir na Justiça. Já reconheço assim.”

INFORME

O sistema, porém, é polêmico na Justiça do Trabalho. A aceitação do registro de ponto por exceção ainda é discutida em primeira instância e também em tribunais regionais.

Como a **Folha** mostrou em abril, uma decisão do TST, de relatoria do ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, avalizou o modelo pela primeira vez na SDC (Seção de Dissídios Coletivos).

Tratava-se de um acordo coletivo específico —entre um sindicato de metalúrgicos e uma empresa no Espírito Santo. Com a MP, o registro de ponto por exceção valerá por acordo individual por escrito, convenção ou acordo coletivo.

“A importância de ser individual é que cria possibilidade daquela linha de raciocínio da própria reforma trabalhista [do governo Michel Temer] de que [o que] vai valer mesmo é o contrato”, diz Goergen.

Para ele, o contrato será fortalecido, sem mudança estrutural na lei. “Ao fazer isso, estamos criando a valorização de acordo que interessa a trabalhador e empregador.”

Segundo Luiz Antonio dos Santos Junior, sócio do Veirano Advogados, a jurisprudência é controvertida até mesmo em acordos e convenções.

A proposta de Goergen, para o advogado, é um avanço. “Amplia o escopo da jurisprudência porque passa a ser individual”, afirma.

“Particularmente entendo que é válida, porque não está tirando nenhum direito constitucional. Ela está meramente regulamentando a forma de controle de ponto.”

Além de permitir o registro de ponto por exceção, a MP mantém o controle manual, mecânico ou eletrônico do horário de trabalho. Empresas com mais de 20 funcionários terão de fazer a marcação.

O texto precisa ser aprovado até o dia 10 de setembro.

MOTOBOYS

Ponto polêmico da MP da Liberdade Econômica, o fim do adicional de periculosidade para motoboys deverá cair.

“Isso é compromisso meu. Foi errado. A ideia era melhorar para o motoboy e ficou horrível”, diz o relator Jerônimo Goergen (PP-RS).

INFORME

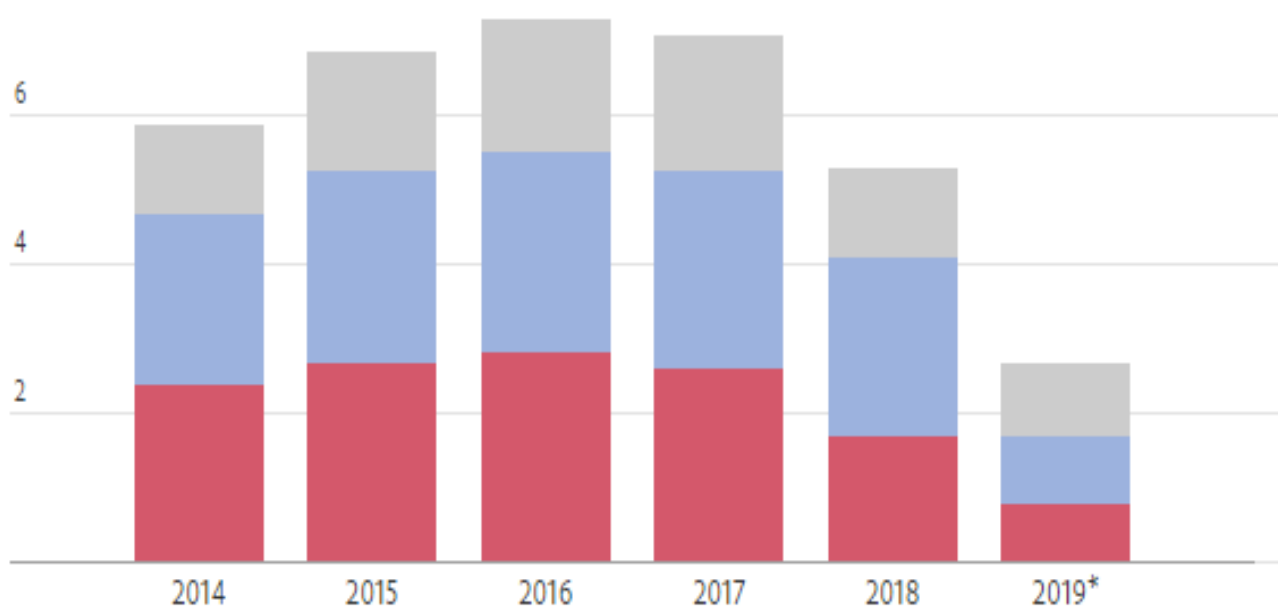
O adicional de 30% existe desde 2014. Segundo ele, a intenção era manter o benefício para a categoria e impedir que quem vai para o trabalho de moto, como meio de locomoção, pudesse reivindicá-lo.

“Isso não vai ficar no texto. Isso é um erro de redação. Vamos corrigir em plenário”, afirma Goergen. “Eu mesmo vou apresentar um destaque [contra o fim do adicional].”

Processos de primeira instância na Justiça do Trabalho

Em milhões

■ Recebidos ■ Julgados ■ Estoque



Fonte: TST (Tribunal Superior do Trabalho)

(Fonte: Folha de SP – 29/07/2019)

10